



EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL EFETUADA PELO AUDITOR DA ENTIDADE (NBC TR 2410)
ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS – EM 31 DE MARÇO DE 2025
LEVANTADAS CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 21

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE REVISÃO ESPECIAL
(NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB

CNPJ (MF) 90.976.853/0001-56

Av. Ernesto Neugebauer, 195 – Humaitá, Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Prezados(as) Senhores(as),

1. Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB**, contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da **TRENSURB**, é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional) *IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Intermediárias ou Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

2. Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Conclusão Sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias levantadas em 31 de março de 2025 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4. Outros assuntos

4.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da **TRENSURB**, essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

4.2. Demonstrações contábeis intermediárias comparativas

Os valores correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, apresentados para fins de comparação, foram revisados por nossos auditores independentes que emitiram relatório sem modificações.

Recife/PE, 30 de julho de 2025.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O



Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2

CNAI 4747



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	31/03/2025	31/12/2024		NOTA	31/03/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	166.213.292	157.239.635	Fornecedores	16	19.605.934	7.880.270
Créditos a receber	5	3.227.243	2.846.447	Impostos e taxas a recolher	17	4.319.184	4.909.100
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	17.389.298	13.469.750	Contribuições sociais a recolher		5.605.161	5.185.667
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	3.347.254	3.110.273	Obrigações trabalhistas	18	32.240.529	30.250.500
				Adiantamento de Clientes	19	1.270.278	3.139.439
Direitos a receber	8	153.362	157.263	Credores por convênios	20	1.252.284	715.110
Impostos a recuperar	9	3.833.570	3.725.903	Credores por depósitos		59.308	59.048
Estoques	10	30.191.826	20.966.316	Plano de Previdência - Equacionamento	25c	324.597	470.349
Despesas do exercício seguinte	11	360.376	398.055			64.677.275	52.609.484
		224.716.221	201.913.642				
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências trabalhistas	21a	139.203.364	136.601.375
				Provisão para contingências cíveis	21b	12.526.857	12.133.399
Depósitos judiciais e Garantias a Juízo	12	58.531.392	56.417.213	Provisão IR/CS diferido	14b	12.926.931	13.210.141
Débitos de empregados	7	90.222	92.559				
Penhora s/ receita própria	13	7.602.598	2.603.761	Plano de Previdência - Equacionamento	25c	3.654.808	3.654.808
		66.224.212	59.113.531			168.311.960	165.599.723
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos em participações societárias		-	-	Capital social	22a	2.059.666.941	2.059.666.941
Imobilizado	14	1.108.484.011	1.114.847.924	Adiantamentos para aumento de capital	23a	37.493.934	32.088.707
Intangível	15	1.765.064	1.766.165	Ajuste avaliação patrimonial	14c	23.982.597	24.532.358
		1.110.249.075	1.116.614.089	Prejuízos acumulados		(952.943.201)	(956.855.953)
		1.176.473.287	1.175.727.620			1.168.200.272	1.159.432.055
TOTAL DO ATIVO		1.401.189.507	1.377.641.262	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.401.189.507	1.377.641.262

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	31/03/2025	31/03/2024
RECEITA BRUTA			
Serviço de Transporte Metroviário		23.608.167	29.009.243
Aluguéis, arrendamentos e concessões		639.853	957.764
Consultoria Atividade Tec. Engenharia		-	-
		24.248.020	29.967.006
Tributos sobre a receita bruta e devolução vendas		(59.187)	(90.649)
RECEITA LÍQUIDA	21	24.188.833	29.876.357
Custo dos serviços prestados	22	(75.657.905)	(69.888.750)
PREJUÍZO BRUTO		(51.469.072)	(40.012.393)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(23.030.041)	(19.914.074)
Outras receitas e despesas		(5.182.225)	(8.425.422)
Condenações Trabalhistas		(23.040)	(444.758)
Provisão/reversão ações trabalhistas	18a	(4.591.188)	(7.841.412)
Provisão/reversão ações cíveis	18b	(587.806)	(238.456)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		19.808	99.204
		(28.212.267)	(28.339.496)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(79.681.339)	(68.351.889)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		4.302.748	4.242.484
Receitas financeiras		4.354.369	4.319.255
Despesas financeiras		(51.620)	(76.770)
SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL	20b	80.055.823	54.647.896
RESULTADO OPERACIONAL		4.677.232	(9.461.508)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		4.677.232	(9.461.508)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO	24	(1.597.451)	(899.287)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.079.781	(10.360.795)
Lucro por ação do capital social		0,0003	-0,0011

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	2.059.666.942	24.059.724	26.731.401	(906.819.943)	1.203.638.123
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-
Aumento de Capital					
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	-	-	(549.761)	(9.527.824)	(10.077.585)
Resultado do exercício	-	-	-	(10.360.795)	(10.360.795)
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(549.761)	832.971	283.210
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(832.971)	832.971	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	283.210	-	283.210
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2024	2.059.666.942	24.059.724	26.181.640	(916.347.767)	1.193.560.537
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	2.059.666.942	32.088.708	24.532.358	(956.855.953)	1.159.432.055
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.405.227	-	-	5.405.227
Recursos recebidos	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	-	-	(549.761)	3.912.752	3.362.991
Resultado do exercício	-	-	-	3.079.781	3.079.781
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(549.761)	832.971	283.210
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(832.971)	832.971	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	283.210	-	283.210
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2025	2.059.666.941	37.493.935	23.982.597	(952.943.200)	1.168.200.272

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em Reais)

	31/03/2025	31/03/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>3.079.781</u>	<u>(10.360.795)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>3.079.781</u></u>	<u><u>(10.360.795)</u></u>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	31/03/2025	31/03/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.079.781	(10.360.795)
AJUSTADO POR:			
Depreciação e Amortização		11.964.546	12.211.843
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	18	5.178.994	8.079.868
		20.223.322	9.932.044
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		14.359	22.140
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(3.919.549)	(3.868.413)
Estoques		(9.225.510)	(383.994)
Tributos e Contribuições a Recuperar		(107.667)	(25.999)
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		(7.113.016)	(1.814.568)
Demais contas de Ativo		(193.065)	(209.995)
		(20.544.448)	(6.280.829)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		11.725.663	4.660.552
Impostos e taxas a recolher		(1.103.262)	(1.585.228)
Contribuições sociais a recolher		424.115	589.674
IRPJ/CSLL a Pagar	20a	508.725	-
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		1.990.030	3.817.406
Credores por convênios e depósitos		(2.166.406)	(314.443)
Plano de previdência e pensão a empregados - Equacionamento		293.771	301.772
Contingências trabalhistas e cíveis pagas	20	(2.183.547)	(1.850.085)
		9.489.089	5.619.649
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais		9.167.962	9.270.864
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(5.599.532)	(49.660)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos		(5.599.532)	(49.660)
Recursos recebidos para aumento de capital	23a	5.405.227	-
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento		5.405.227	-
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	8.973.657	9.221.203
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		157.239.635	131.421.171
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		166.213.292	140.642.374

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em Reais)

	<u>NOTA</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Receita de prestação de serviços		23.608.167	29.009.243
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		639.853	957.764
Outras receitas e despesas (líquidas)		19.808	99.204
Provisões trabalhistas e cíveis		(5.178.994)	(8.079.868)
		<u>19.088.834</u>	<u>21.986.343</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais consumidos		(2.680.696)	(1.544.643)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		(29.634.881)	(26.493.251)
		<u>(32.333.730)</u>	<u>(28.050.334)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		(13.244.896)	(6.063.991)
Depreciação e amortização		(11.964.546)	(12.211.843)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(25.209.442)	(18.275.834)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas de Subvenções		80.055.823	54.647.896
Receitas financeiras		4.354.369	4.319.255
		<u>84.410.192</u>	<u>58.967.151</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		59.200.749	40.691.317
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		59.200.749	40.691.317
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		36.731.485	35.887.947
Benefícios		7.417.480	6.957.884
FGTS		3.000.777	2.825.883
		<u>47.149.742</u>	<u>45.671.714</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		8.079.515	4.800.812
Estaduais		7.124	7.660
Municipais		8.829	35.814
		<u>8.095.468</u>	<u>4.844.286</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		51.620	76.770
Aluguéis		824.137	459.342
		<u>875.758</u>	<u>536.113</u>
Juros sobre adiantamento de capital		-	-
Lucro líquido do exercício retido		3.079.781	(10.360.795)

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma.)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB ("Companhia") é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

Em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Brasileira e seu estatuto social, a TRENSURB tem como objetivo primordial a mobilidade urbana na região metropolitana em que atua. Nesse contexto, é crucial destacar que, diferentemente das sociedades privadas que operam no mesmo mercado e que detêm flexibilidade para exercício de outras atividades, a TRENSURB não desempenha obrigações ou responsabilidades diversas daquelas constantes de sua lei de criação e Estatuto Social.

Essa distinção se reflete na autonomia da Empresa em definir suas políticas e estratégias, garantindo uma atuação alinhada com as demandas específicas da comunidade local e com os interesses de mobilidade urbana da região. A ausência de obrigações permite à TRENSURB autonomia na tomada de decisões, possibilitando respostas ágeis e adaptáveis às necessidades em constante evolução do ambiente urbano.

É importante ressaltar que a TRENSURB tem realizado investimentos buscando a manutenção de sua infraestrutura, bem como a melhoria dos serviços oferecidos à população. Os investimentos, ainda que em baixo volume, são fundamentais para garantir a eficiência e a qualidade do sistema metroferroviário, contribuindo para uma mobilidade mais sustentável, segura e acessível para os cidadãos da região.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a assunção de custos operacionais por parte da Empresa Pública ocorre em condições distintas daquelas enfrentadas por sociedades privadas. Exemplo disto, é a necessidade de subsídios governamentais para garantir a viabilidade econômica dos serviços prestados, bem como a implementação de políticas tarifárias diferenciadas para promover a equidade no acesso ao transporte público.

A modicidade tarifária aliada a estratégias de subsídios e políticas tarifárias diferenciadas desempenha um papel crucial nesse contexto, permitindo o acesso aos serviços públicos essenciais, ao mesmo tempo em que viabiliza a operação sustentável das empresas públicas. Neste contexto é relevante observar que o menor custo por passageiros transportados que a TRENSURB já teve foi em 2019 de R\$ 5,81 onde o subsídio do governo federal garantia a modicidade. Condição que permanece com maior aporte haja vista a drástica redução de passageiros transportados com advento da pandemia de COVID que resulta hoje no custo de passageiros de R\$ 9,80, devida a lenta recuperação do patamar possível de passageiros transportados, fato que reforça a importância do apoio do governo federal para garantir a acessibilidade e sustentabilidade econômica, social e ambiental gerada por este meio de mobilidade urbana.

Em suma, a TRENSURB tem desempenhado um papel fundamental na promoção da mobilidade urbana na região metropolitana, atuando para atender às necessidades indispensável de mobilidade na região metropolitana de Porto Alegre e realizando investimentos estratégicos para garantir a eficiência e a qualidade de seus serviços.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Leis nos 11.638/07 e 6.404/76), pronunciamentos, que são transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, através das resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade- CFC, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

2.2 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi finalizada e autorizada para uso e divulgação pela Administração da Companhia em 16 de Abril de 2025.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir e identificadas nas notas explicativas específicas dos grupos de contas, quando individualizados.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir e identificadas nas notas explicativas específicas dos grupos de contas, quando individualizados.

a) Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda local e funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a

imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Realização de créditos a receber (Nota 5), Realização de direitos a receber (Nota 8); Realização dos estoques (Nota 10), Vida útil e Impairment do ativo imobilizado (Nota 14), Vida útil dos ativos intangíveis (Nota 15), Provisão para contingências (Nota 21), Imposto de renda e contribuição social (Nota 27), Déficit atuarial (Nota 28) e Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.d).

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

d) NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) mensuradas ao custo amortizado;
- (b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4), Créditos a receber (Nota 5), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto (Nota 6) e Direitos a receber (Nota 8).

Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 16), Adiantamento de clientes (Nota 19), Credores por convênios (Nota 20) e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 23.a).

Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos nem com atividade de hedge.

Impairment de ativos financeiros

A NBC TG 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Provisões para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Tais provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

f) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

De modo geral, os ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa	23.350	23.350
Valores em trânsito	313.584	277.668
Aplicações de liquidez imediata	165.876.357	156.938.617
	166.213.292	157.239.635

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa aplicação em 31 de março de 2025 foi de R\$ 3.419.608 (R\$ 3.763.475 em 31/03/2024).

5. CRÉDITOS A RECEBER

	31/03/2025	31/12/2024
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	982.631	587.477
	570.926	570.926
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	1.955.640	1.951.846
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(281.954)	(263.802)
	3.227.243	2.846.447

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa conforme a seguir:

Saldo Inicial Exercício	(263.802)
(+) Provisão	(18.152)
(-) Reversão	-
(-) Recebimento	-
Saldo Final Exercício	(281.954)

6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

7. ADIANTAMENTOS DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS

	31/03/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	1.986.690	-	2.889.275	-
Adiantamento de 13º	1.137.125	-	2.124	-
Adiantamento por insuf. de saldo (a)	136.702	-	123.310	-
Plano de Saúde (b)	50.980	90.221	80.154	92.559
Débitos de empregados	35.758	-	15.410	-
	3.347.254	90.221	3.110.273	92.559

a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No período findo em 31 de março de 2025 a provisão é no montante de R\$ 11.981 (R\$ 11.981 em 31 de dezembro de 2024).

b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R\$ 50.035 (R\$ 50.035 em 31/12/2024), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

8. DIREITOS A RECEBER

	31/03/2025	31/12/2024
Convênio Pessoal Cedido	4.643	8.935
Depósitos/Cauções/Outros devedores	23.417	23.205
Devedores Infração Legal e Contratual	125.123	125.123
	153.183	157.263

O valor de R\$ 125.123 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo classificadas como perda remota.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Compreende os valores pagos a título de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) sobre o lucro, calculados na modalidade do Lucro Real Anual a serem compensados, demonstrados a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
IRPJ	2.690.376	2.615.587
CSLL	997.144	969.426
ISS	585	585
IRRF	140.305	140.305
PIS/COFINS	5.159	-
	3.833.570	3.725.903

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável e /ou por obsolescência, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas. Os itens mais significativos referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

	31/03/2025	31/12/2024
--	------------	------------

Material de TUES e Veículos	13.222.667	11.763.559
Material da Via Permanente (a)	9.530.545	3.238.954
Sistemas operacionais	5.097.187	5.126.323
Peças e Acessórios de Equipamentos	94.750	97.645
Materiais de expediente e administrativos (b)	2.510.132	631.905
Provisão de perda (c)	(263.455)	(263.455)
	30.191.826	20.966.316

(a) A variação ocorrida no grupo de materiais de via permanente, deve-se a aquisição de britas e dormentes para a manutenção e reconstrução da via permanente, em razão do estado de calamidade pública, conforme nota explicativa nº 32.

(b) A variação ocorrida no grupo de materiais de expediente e administrativos, deve-se, principalmente, a aquisição de uniformes.

(c) As perdas estimadas para o exercício de 2024 são referentes ao inventário anual de estoques conforme processo administrativo SEI 2408/2024-92, no valor de R\$ 26.440,99 e referente a itens afetados pela enchete de maio de 2024, conforme processo administrativo SEI 1829/2024-04, no valor de R\$ 237.014,02.

11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

Compreende despesas pagas, cujos benefícios ultrapassam um exercício, sendo essas transferidas para o resultado conforme o transcurso dos períodos de competência da despesa. Os saldos a apropriar por competência são:

	31/03/2025	31/12/2024
Assinaturas e Periódicos	6.974	12.142
Manutenção de Sist.Proc. Dados	162.994	219.303
Seguros	190.408	166.610
	360.376	398.055

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS A JUÍZO

Corresponde a valores depositados em juízo para fazer frente as demandas de processos judiciais cíveis e trabalhistas.

	31/03/2025	31/12/2024
Depósitos Judiciais Cíveis	1.636	1.636
Depósitos Judiciais Trabalhistas e Garantias	58.467.540	56.353.361
Processos Judiciais - Recursos Próprios	62.216	62.216
	58.531.392	56.417.213

13. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 7.602.598 corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. A penhora ocorrida no período refere-se ao processo 0020917-89.2024.5.04.0025, que possui como objeto concessão de horas extras de intervalo noturno.

14. IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de

financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

a) Composição do saldo

	Vida útil (anos)	31/03/2025			2024
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	45.909.816	-	45.909.816	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	25,00	269.844.075	(96.815.756)	173.028.319	174.497.451
Obras de arte (passarelas e viadutos)	33,33	168.736.742	(85.931.540)	82.805.201	83.649.152
Via permanente	33,33	604.946.676	(182.264.660)	422.682.016	425.748.688
Sistemas operacionais	11,11	338.015.411	(196.654.538)	141.360.873	142.793.134
Veículos ferroviários/aeromóvel	20,00	370.057.116	(166.518.022)	203.539.094	205.752.822
Veículos rodoviários	3,03	2.027.988	(1.243.466)	784.522	819.644
Equip. proc. de dados	4,55	7.130.816	(6.100.567)	1.030.248	1.135.503
Equip., máquinas e instrumentos	7,69	61.848.712	(52.895.801)	8.952.911	7.125.517
Instalações	9,09	30.833.865	(19.457.651)	11.376.214	11.205.402
Móveis e utensílios	10,00	11.179.699	(8.375.777)	2.803.922	2.002.104
Benfeitorias em bens de terceiros	5,88	14.085.626	(11.086.597)	2.999.029	3.069.054
Imobilizado em curso	-	3.370.271	-	3.370.271	3.298.062
Almostrado de bens imobilizados	-	7.841.576	-	7.841.576	7.841.576
		1.935.828.387	(827.344.376)	1.108.484.011	1.114.847.924

b) Movimentação do Imobilizado

Custo	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2025
Terrenos	45.909.816	-	-	-	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	269.844.075	-	-	-	269.844.075
Obras de arte (passarelas e viadutos)	168.736.742	-	-	-	168.736.742
Via permanente	604.946.676	-	-	-	604.946.676
Sistemas operacionais	335.928.035	2087.377	-	-	338.015.411
Veículos ferroviários/aeromóvel	370.057.116	-	-	-	370.057.116
Veículos rodoviários	2.027.988	-	-	-	2.027.988
Equip. processamento de dados	7.130.816	-	-	-	7.130.816
Equipamentos, máquinas e instrumentos	59.827.193	2.021.519	-	-	61.848.712
Instalações	30.326.497	507.368	-	-	30.833.865
Móveis e utensílios	10.268.640	911.059	-	-	11.179.699
Benfeitorias em bens de terceiros	14.085.626	-	-	-	14.085.626
Imobilizado em curso	3.298.062	72.209	-	-	3.370.271
Almostrado de bens imobilizados	7.841.576	-	-	-	7.841.576
TOTAL CUSTO IMOBILIZADO	1.930.228.854	5.599.532	-	-	1.935.828.387
Depreciação acumulada	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2025
Edificações, estações e depósitos	(95.346.623)	(1.469.132)	-	-	(96.815.756)
Obras de arte (passarelas e viadutos)	(85.087.590)	(843.950)	-	-	(85.931.540)
Via permanente	(179.197.988)	(3.066.672)	-	-	(182.264.660)
Sistemas operacionais	(193.134.900)	(3.519.638)	-	-	(196.654.538)
Veículos ferroviários/aeromóvel	(164.304.294)	(2.213.727)	-	-	(166.518.022)
Veículos rodoviários	(1.208.344)	(35.122)	-	-	(1.243.466)
Equip. processamento de dados	(5.995.312)	(105.255)	-	-	(6.100.567)
Equipamentos, máquinas e instrumentos	(52.701.676)	(194.125)	-	-	(52.895.801)
Instalações	(19.121.095)	(336.557)	-	-	(19.457.651)
Móveis e utensílios	(8.266.536)	(109.241)	-	-	(8.375.777)
Benfeitorias em bens de terceiros	(11.016.571)	(70.026)	-	-	(11.086.597)
TOTAL DA DEPRECIACÃO ACUMULADA	(815.380.930)	(11.963.446)	-	-	(827.344.376)
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.114.847.924	(6.363.914)	-	-	1.108.484.011

- c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No primeiro trimestre de 2025 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 832.971 referente a depreciação e no valor de R\$ 549.760 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 23.982.597 (R\$ 24.532.358 em 2024) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 12.926.931 (R\$ 13.210.141 em 2024).

- d) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e conforme laudo de avaliação emitido por estes, em 11 de fevereiro de 2025, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”).

Para o resultado da análise, foram considerados os impactos da enchente ocorrida em maio/2024, bem como os valores investidos para a reconstrução da companhia, conforme nota explicativa nº 32.

	<u>2024</u>
Ativos Imobilizados	1.114.847.924
Ativos Intangíveis	1.766.165
Total dos Ativos Componentes da UGC	1.116.614.089
Valor Justo (*)	1.577.685.420
Redução ao Valor recuperável	-

(*) O Conjunto de bens avaliados a valor justo é compostos por todos os bens móveis e imóveis que compõe a UGC.

- e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 194.671.057 em 2025 (R\$ 196.453.691 em 31/12/2024).

15. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas “*impairment*” por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

- a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) Composição do saldo

Contas	Vida útil (anos)	31/03/2025		2024	
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de imóveis	ildefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	ildefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	5	12.463.949	(12.074.684)	422.925	390.365
Outras dispêndios de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		13.870.622	(12.105.556)	1.765.064	1.766.165

e) Movimentação do Intangível

Custo	2024	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2025
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	-	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	1.596	-	-	-	1.596
Marcas e Patentes	4.872	-	-	-	4.872
Softwares	12.463.949	-	-	-	12.463.949
Outros dispêndios de informática	26.000	-	-	-	26.000
TOTAL CUSTO INTANGÍVEL	13.870.621	-	-	-	13.870.621

Amortização Acumulada	2024	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2025
Marcas e Patentes	(4.872)	-	-	-	(4.872)
Softwares	(12.073.584)	(1.101)	-	-	(12.074.684)
Outros dispêndios de informática	(26.000)	-	-	-	(26.000)
TOTAL DA AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(12.104.455)	(1.101)	-	-	(12.105.556)
TOTAL DO INTANGÍVEL	1.766.165	(1.101)	-	-	1.765.064

16. FORNECEDORES

Fornecedores Nacionais

	31/03/2025	31/12/2024
Prestação de serviços	8.168.904	2.038.508
Energia Elétrica	2.319.559	2.512.312
Gastos gerais	9.117.471	3.329.450
	19.605.933	7.880.270

A variação ocorrida no período deve-se, principalmente, a antecipação de pagamentos ocorridas no exercício de 2024.

17. IMPOSTOS E TAXAS RECOLHER

a) Impostos e Taxas a recolher

	31/03/2025	31/12/2024
IRRF s/ salários a recolher	3.239.098	4.684.082
ICMS a recolher	299.708	178.121

ISS a recolher	271.653	46.897
	3.810.459	4.909.100

b) Contribuições sociais a recolher

	31/03/2025	31/12/2024
Contribuições Previdenciárias	3.125.785	1.638.349
Pasep/Cofins a recolher	94.137	98.758
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS a recolher	1.870.600	2.398.932
INSS s/ prestação de serviços a recolher	514.639	1.049.628
	5.605.161	5.185.667

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/03/2025	31/12/2024
	Circulante	Circulante
Férias e Encargos	19.644.077	17.724.449
Promoção por antiguidade a pagar	12.502.588	12.502.588
Outras Obrigações Trabalhistas	93.864	23.462
	32.240.529	30.250.500

19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/03/2025	31/12/2024
Credores p/ Venda Créditos (a)	-	2.435.080
Adiantamento ATP/ATM (b)	673.909	691.739
Adiantamento Clientes Comerciais	598.427	12.620
	1.270.278	3.139.439

a) Refere-se a valores recebidos pela venda de créditos do cartão SIM pela TRENSURB para fazer frente às utilizações dos usuários deste cartão.

b) Refere-se a valores recebidos da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP) e da Associação dos Transportadores Intermunicipais Metropolitanos de Passageiros (ATM), para fazer frente ao pagamento das utilizações de usuários dos cartões TRI , TEU e SIM (VT/Passe Antecipado).

20. CREDORES POR CONVÊNIO

	31/03/2025	31/12/2024
Convênios SESI/SENAI	90.157	60.864
Assistência Saúde (a)	720.545	652.186
Credores Diversos	441.582	2.060
	1.252.284	715.110

a) Compreende o valor da administração e prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar prestados pela operadora do convênio, no que tange apenas a despesa da Trensurb.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A classificação de risco para fins de contingenciamento estabelecido pela companhia tem como referência principal os seguintes critérios:

Provável - Processos em fase de execução e processos com decisões de procedência total ou parcial dos pedidos, ainda que não tenha transitado em julgado;

Possível - Processos em fase de instrução processual, em que não há sentença proferida;

Remoto - Processos em execução ainda ativos, mas que já foram pagos, e processos ainda sem trânsito em julgado mas que a última decisão seja de improcedência dos pedidos;

a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. Em 31 de março de 2025, a provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 137.503.374 para ações de empregados e de R\$ 1.699.990 para ações de empregados de empresas terceirizadas. (R\$ 136.601.375 em 2024).

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	31/03/2025	31/12/2024
	Não Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	136.601.375	103.480.268
(+) Provisão	4.591.188	41.412.440
(-) Reversão	-	-
(-) Pagamentos	(1.989.199)	(8.291.333)
Saldo no final do exercício	139.203.364	136.601.375

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia e advogados externos, é considerada possível em 31/03/2025 compõe-se de R\$ 26.438.858 (R\$ 22.335.592 em 2024).

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões no período de 3 meses findo em 31/03/2025 e no exercício findo em 31/12/2024 está composta como segue:

	31/03/2025	31/12/2024
	Não Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	12.133.399	7.077.897
(+) Provisões	587.806	5.584.148
(-) Reversões	-	(409.752)
(-) Pagamentos	(194.348)	(118.894)
Saldo Final Exercício	12.526.857	12.133.399

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 31/03/2025 é de R\$ 54.065.234 (R\$ 72.683.210 em 2024).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R\$ 2.059.666.941 está representado por 9.883.218.182 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

Composição Acionária	2025		2024	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	9.874.758.896	99,9144	9.874.758.896	99,9144
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0662	6.543.949	0,0662
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0194	1.915.337	0,0194
Total	9.883.218.182	100,0000	9.883.218.182	100,0000

23. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

a) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

O montante total de adiantamento para aumento de capital é de R\$ 32.088.707. Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social, classificados no Patrimônio Líquido, sem incidência de atualização monetária, observadas as disposições norma SIAFI 021122 – Participações da União no Capital de empresas (itens 2.3.7 e 2.3.8) e do CPC 39.

No exercício de 2025, foi recebido o valor de R\$ 5.599.532 a título de investimento.

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido no período de 3 meses findo em 31/03/2025 foi de R\$ 80.055.823 (R\$ 54.651.512 em 31/03/2024) composto a seguir:

Subvenção	31/03/2025	31/03/2024
Pessoal	49.309.321	38.402.711
Sentença	4.413.365	4.600.319
Custeio	26.333.136	11.648.481
	80.055.823	54.651.512

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, porém, não foi aprovado até o encerramento do exercício. O montante fixado para a despesa da TRENSURB para o exercício financeiro de 2024, conforme a PLOA, é de R\$ 361.767.284. Deste valor, R\$ 133.022.325 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 228.744.959 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	PLOA/2025	Recursos Próprios Fonte 1050	Recursos Subvenção Fonte 1000
Pessoal	171.300.647	-	171.300.647
Sentença	25.489.100	-	25.489.100
Custeio	137.289.676	112.312.139	24.977.537

Investimento	27.687.861	20.710.186	6.977.675
	361.767.284	133.022.325	228.744.959

24. RECEITA LÍQUIDA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

- i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;

	31/03/2025	31/03/2024
RECEITA BRUTA		
Serviço de transporte metroviário	23.608.167	29.009.243
Aluguéis, arrendamentos e concessões	639.853	957.764
	24.248.020	29.967.006
Tributos sobre a receita bruta	(59.187)	(90.649)
	(59.187)	(90.649)
RECEITA LÍQUIDA	24.188.833	29.876.357

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Correspondem aos custos diretamente vinculados a operação e manutenção dos trens, demonstrados de acordo com a sua natureza, a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Pessoal e Encargos	36.546.586	33.278.082
Serviços de Terceiros	19.036.163	15.137.752
Consumo de Materiais	2.014.556	1.189.448
Energia de Tração	4.509.538	6.620.252
Serviços de Utilidade Pública	1.791.179	1.853.221
Depreciação	11.675.306	11.782.287
Outros Custos	84.578	28.652
	75.657.905	69.889.693

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Correspondem as despesas vinculadas às atividades administrativas, demonstradas de acordo com a sua natureza, a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Pessoal e Encargos	16.758.461	15.495.101
Serviços de Terceiros	3.493.872	2.111.821
Consumo de Materiais	666.140	355.195

Serviços de Utilidade Pública	378.239	297.271
Depreciação/ Amortização	289.241	429.556
Outras Despesas	1.444.089	1.225.130
	23.030.041	19.914.074

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base no regime do lucro real, nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto diferido também é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(3.588.506)	(9.457.892)	(3.588.506)	(9.457.892)
Adições / (Exclusões) permanentes	1.163.665	1.157.481	1.163.665	1.157.481
Adições / (Exclusões) temporárias	2.105.894	(4.843.198)	2.105.894	(4.843.198)
Lucro Real	6.858.064	(3.457.212)	6.858.064	(3.457.212)
(-) Compensação Prej. Fiscal e B. Negativa 30%	(2.057.419)	-	(2.057.419)	-
Alíquota - 9%	-	-	895.580	-
Alíquota - 10%	977.089	-	-	-
Alíquota - 15%	1.492.632	-	-	-
Total Imposto	2.469.721	-	895.580	-
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	(28.804)	-	-	-
(-) Doações e incentivos	-	-	-	-
(-) Imposto Retido	-	-	-	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL	-	-	-	-

28. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência). O plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas financeiras que possui sua manutenção pelo saldo de conta acumulado em nome do participante.

A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, publicado no Diário Oficial da União nº 212 de 06/11/2020, seção 1, página 41, o plano, no parágrafo anterior na modalidade vitalícia, no entanto, vale ressaltar que na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, mitiga possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal, invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev CD restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais	2024	2023
Taxa de Juros Atuarial	4,10% a.a.	4,10% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Rotatividade	Não Aplicável	Não Aplicável
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M e F	AT - 2000 M e F
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	Não Aplicável	Não Aplicável

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	2024	2023
Patrimônio - P	94.992.052	93.361.860
Provisões Matemáticas - Passivos Atuariais (Valor Presente)	95.255.554	93.658.677
Benefícios Concedidos - A	36.986.280	38.151.671
Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)	1.709.039	1.932.990
Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)	35.277.241	36.218.681
Benefícios a Conceder - B	67.161.475	63.629.678
Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)	67.161.475	63.629.678
Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)	-	-
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	(8.892.201)	(8.122.672)
Patrocinadora - C1	(3.654.808)	(3.103.945)

Participante - C2	-	-
Assistidos - C3	(5.237.393)	(5.018.727)
Total das Provisões - D = A + B + C	95.255.554	93.658.676
Fundos – E	3.093.105	2.903.807
Superávit/Déficit Atuarial - F = P - D	(263.502)	(296.816)
Valor do Ajuste de Precificação = G	-	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	(263.502)	(296.816)

Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 3,19% no ano, isso corresponde a 35% da meta atuarial de 2024 (INPC + 4,10%) que foi de 9,06%, portanto o resultado dos investimentos foi inferior à meta atuarial estabelecida. A “duration” do plano foi de 6,9098 anos no encerramento de 2024.

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2024, o plano Trensurb Prev CD, apresentou um déficit técnico de R\$ 263.502. Esse valor é inferior ao limite de déficit do plano de R\$ 896.263, portanto sem a necessidade de equacionamento. Além disso, quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora referente aos exercícios de 2013 e 2014, cabe informar que sua amortização ocorre conforme Plano de Equacionamento de Déficit e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, remanescente de 7 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%.

Os saldos do déficits estão compostos conforme segue:

	31/03/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Déficit 2013/2014 em equacionamento	324.597	-	470.349	-
Déficit 2021/2022 a equacionar	-	3.654.808	-	3.654.808
	324.597	3.654.808	470.349	3.654.808

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018. Quando observado superávit, tal resultado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENSURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco:

políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos riscos.

a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte. Com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento e orçamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R\$ 194.671.057.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

30. SEGUROS

A TRENURB possui cobertura de seguros para riscos operacionais a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado do Centro de Controle Operacional e Frota de Veículos Especiais. Os seguros contratados não foram suficientes para cobrir as perdas advindas dos impactos da

enchente ocorrida em 2024. No exercício de 2024, a TRENSURB recebeu a título de indenização por seguro o montante de R\$ 95.444, referente aos Veículos Especiais. Está previsto para 2025 processo de revisão da referida contratação para os exercícios subsequentes.

A TRENSURB possui seguro de responsabilidade civil contratado para os membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da empresa e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no exercício de 2024 e 2023 foram:

Parte Relacionada	Contrato	Valor Contratual	Valores Recebidos 2025	Valores Recebidos 2024	Valores Pagos 31/03/25	Valores Pagos até 31/03/2024
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.17/2015	1.750.000	-	-	323	392
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	120.17/17-1	30.000	-	-	-	-
Total		1.780.000	-	-	323	392

Administrador / Conselheiro	Parte Relacionada	Valores pagos até 31/03/2025	Valores pagos até 31/03/2024
Roberta Zanenga de Godoy Marchesi	Conselheiro Independente	12.488	12.488
Maria José Duarte Gonçalves Ramos	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	-	8.699
Mariana Moya de Oliveira	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	8.699	8.699
Renato Boareto	Conselheiro Independente	8.699	8.699
Elisa de Oliveira Alves	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	-	8.699
Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho	Ministério das Cidades	8.699	8.699
Emilio Chernavsky	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	9.131	-
Pedro Luiz Costa Cavalcante	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	8.699	-

32. IMPACTOS DA CALAMIDADE PÚBLICA OCORRIDA EM MAIO/2024

Conforme descrito na mensagem da administração, as enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 impactaram severamente diversas regiões, trazendo desafios significativos para toda a população.

As chuvas intensas alagaram subestações de energia, estações subterrâneas e áreas administrativas, provocando a interrupção completa do transporte metroviário por semanas e afetando diretamente a mobilidade de milhares de pessoas na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Diante desse cenário crítico, a TRENSURB implementou respostas emergenciais para minimizar os impactos à população e preservar os ativos da empresa.

Em 30 de maio, o esforço coletivo das equipes técnicas permitiu a retomada da operação em 13 estações, entre Novo Hamburgo e Matias Velho, ainda que de forma limitada. A expansão até a Estação Farrapos ocorreu em 20 de setembro de 2024 e a expansão até a Estação Mercado em 24 de dezembro de 2024.

Em razão da paralização da operação e retomada parcial ao longo do exercício de 2024, a receita de transporte teve redução significativa no período, conforme nota explicativa nº 24.

Os bens patrimoniais da Companhia foram afetados e as respectivas perdas foram registradas, conforme nota explicativa nº 14. A avaliação a valor justo dos bens foi realizada por especialistas, sendo considerados os impactos da enchente nessa avaliação.

Para fazer frente aos efeitos da calamidade pública ocorrida, a TRENSURB recebeu através da Lei nº 14.962, de 5 de setembro de 2024 um crédito extraordinário de R\$ 164.366.000 sendo R\$ 49.309.800 destinados ao custeio e R\$ 115.056.200 aos investimentos.

Dos valores contemplados pela Lei, foram recebidos no exercício de 2024, o montante de R\$ 34.328.454, sendo R\$ 26.299.470 a título de subvenção de custeio e R\$ 8.028.984 a título de investimento para futuro aumento de capital, conforme nota explicativa nº 23. Os demais valores foram inscritos em restos a pagar, com execução prevista para os exercícios seguintes.

Ainda em 2024, adicionalmente, a Medida Provisória nº 1.284, de 28 de dezembro de 2024, destinou R\$ 60 milhões a despesas de custeio, os quais foram inscritos em restos a pagar.

33. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	32.707	18.688	25.292
Empregados	45.884	2.670	10.828

Porto Alegre, 16 de Abril de 2025.

NAZUR TELLES GARCIA
Diretor Presidente

RONALD KRUGER SARUBBI
Diretor de Administração e Finanças

JAIR BERNARDO CORREA
Gerente de Orçamento e Finanças

TALITHA MENDER DE SOUZA
Contadora CRC/RS 090.987/O